



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10578 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

DISPUTA POR UMA AGENDA NEOCONSERVADORA NA EDUCAÇÃO: A REITERAÇÃO DO DISCURSO ANTIGÊNERO EM NOTÍCIAS DA INTERNET

Neiva Furlin - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Agência e/ou Instituição Financiadora: UNIEDU

DISPUTA POR UMA AGENDA NEOCONSERVADORA NA EDUCAÇÃO: A REITERAÇÃO DO DISCURSO ANTIGÊNERO EM NOTÍCIAS DA INTERNET

Na última década presenciamos o avanço do neoconservadorismo na política em países da América Latina e Europa. Trata-se de um fenômeno que emerge em uma temporalidade específica que, no contexto Latino-americano, é marcado pelos avanços protagonizados pelos movimentos feministas e LGBTQI+. Isto é, ele emerge como reação à agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, pauta incorporada ao sistema internacional da Organização das Nações Unidas (ONU). No caso do Brasil, o neoconservadorismo ganha expressão com a atuação de atores religiosos da vertente fundamentalista, os quais aparecem no centro das disputas políticas em torno das questões de gênero e sexualidades para o campo da educação.

Trata-se de um fenômeno que emerge em uma temporalidade específica que, no contexto latino-americano, é marcado pelos avanços protagonizados pelos movimentos feministas e LGBTQIA+. Isto é, ele emerge como reação “à agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, pauta incorporada ao sistema internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir dos anos de 1990.” (BIROLI, MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 13). A luta central aparece vinculada ao ataque à “ideologia de gênero” que se trata de uma estratégia política para conter as agendas da igualdade de gênero e da diversidade sexual, contribuindo para corroer a democracia. Nesse contexto, estudos e políticas de gênero são transformados no vilão de todos os problemas morais e sociais e algo que precisa ser combatido.

O gênero passou a ser compreendido como um inimigo a ser combatido por ameaçar a destruição da família tradicional, confundir a identidade de gênero das crianças e adolescentes, legalizar a pedofilia e decretar o fim da “ordem natural” (JUNQUEIRA, 2017). Trata-se de uma visão que nega os dados oficiais e estudos científicos sobre a existência das desigualdades de gênero, da discriminação e a violência contra as mulheres e pessoas LGBTQIA+ (REIS; EGGERT, 2017).

A agenda antigênero se tornou o mote da campanha política de Jair Bolsonaro à presidência da república, que não somente o elegeu como contribuiu para ampliar a presença de evangélicos neoconservadores no Congresso Nacional. O resultado das eleições fortaleceu a articulação das bancadas conservadoras, nomeada pela mídia de “bancadas do boi, da bíblia e da bala”. No campo educacional visualiza-se um cenário de retrocessos em relação às políticas públicas que visavam à construção de uma cultura pautada na igualdade de gênero, na superação da violência contra as mulheres e no respeito às diversidades sexuais.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o discurso da “ideologia de gênero” nas notícias divulgadas na rede de internet, no período de 2019 a 2021, identificado sentidos de gênero reiterados e os impactos para a política educacional.

As notícias foram levantadas por meio do site de busca Google, inserindo o descritor *ideologia de gênero* na combinação com outros termos, como: Bolsonaro, Damares, deputados, escola, currículo, Senado, governo e Supremo Tribunal Federal (STF). Selecionamos o filtro “notícias” e no link “ferramenta” personalizamos o intervalo de tempo, por ano, semanalmente e/ou diariamente, excluindo as repetidas, publicadas em sites distintos. As notícias encontradas foram analisadas como discursos na perspectiva de Michel de Foucault (1999). Para o autor, os discursos circulam em diferentes modalidades, como conversas cotidianas, normas, decretos entre outras. Em geral, tomam forma de “verdade”, quando se inserem no paradigma dominante. Os discursos exercem poder e produzem significados e efeitos sociais e subjetivos.

É preciso ressaltar que, no sentido foucaultiano a análise do discurso é o estudo de uma prática discursiva. Metodologicamente, não se procuram nos discursos os silêncios ou os não ditos, mas deve tratá-lo no jogo de sua instância. Trata-se, então, de analisá-lo tendo sempre em vista que é por uma certa economia dos discursos de verdade de que há a possibilidade de exercício do poder. Isso porque, aquele que enuncia um discurso é o que traz em si uma instituição e manifesta, por si mesmo uma ordem anterior e na qual está imerso (FOUCAULT, 1987).

Os sujeitos que discursam fazem parte de um campo discursivo, uma vez que o próprio discurso é o espaço do posições-de-sujeito e de funções-de -sujeitos diferenciados. Isso faz com que se relacione o discurso com o campo próprio em que esse sujeito é desdobrado, uma vez que “as palavras e os seus sentidos se estabelecem sempre discursivamente” (VEIGA-NETO, 2007). Assim, mais que subjetivo, o discurso produz subjetivação.

Para a análise dos achados tomamos como referenciais teóricos os pressupostos acerca do neoconservadorismo de Lacerda (2019), Apple (2003), Biroli, Machado e Vaggione (2020). Essas concepções teóricas permitiram compreender o lugar de fala dos sujeitos que proferem discursos de “verdade sobre gênero” e desvendar os projetos de educação e modelos de família e de sexualidade inscritos em tais discursos.

É importante ressaltar que Lacerda (2019), Apple (2003), Biroli, Machado e Vaggione (2020) situam o neoconservadorismo como um movimento político que surgiu nos EUA, fazendo referência à coalizão neoconservadora que elegeu Ronald Reagan como presidente dos EUA em 1980.

Com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da república em 2018 e a ampliação significativa de deputados evangélicos e neoconservadores no Congresso Nacional, a agenda do combate ao que chamaram “ideologia de gênero” nas escolas, ganhou força. O estudo de Laís Candeia (2021) mostrou que somente nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro foram propostos treze Projetos Legislativos (PLs) antigênero na Câmara dos Deputados do Brasil. É um número significativo, já que nos cinco anos anteriores, 2014 a 2018, haviam sido apresentados 11 PLs, ou seja, um número menor se comparado aos dois primeiros anos do governo Bolsonaro (CANDEIA, 2021). Isso evidencia o empenho desse governo para implementar a agenda conservadora na educação e de exercer controle sobre conteúdos curriculares que não ameacem os valores conservadores em relação à ordem sexual heteronormativa e ao modelo de família tradicional.

Apple (2003) argumenta que a disputa pelo controle dos conteúdos no campo educacional é um dos projetos do neoconservadorismo. Assim, para a racionalidade política neoconservadora, gênero e diversidade sexual são temas que precisam ser regulados de modo que não podem ser enunciados nos documentos das políticas públicas educacionais. Isso justifica o empenho discursivo que visa distorcer os sentidos dos estudos e das políticas de gênero, desqualificando o seu potencial transformador, que torna o gênero um “inimigo imaginário comum” a ser combatido (JUNQUEIRA, 2017, p. 26).

O aumento dos PLs contra o que chamam “ideologia de gênero” evidencia que o discurso antigênero não somente ocupou o cenário da política, mas foi sendo disseminado e reiterado em diferentes cenários da vida pública, inclusive nas mídias sociais, produzindo um efeito de “verdade”, no sentido foucaultiano.

Essa reiteração pode ser evidenciada nos resultados de nosso estudo, que buscou mapear as notícias veiculadas na internet sobre a “ideologia de gênero” nos primeiros três anos do governo Bolsonaro (2019 a 2021). Nesse período, encontramos um total de 204 notícias sobre “ideologia de gênero”, sendo 36 no ano de 2019, 60 em 2020 e 108 em 2021. Em geral, as notícias estão relacionadas com o que ocorre no cenário de políticas que envolvem as ações do governo. Por exemplo, uma delas trazia o anúncio de Jair Bolsonaro em criar com urgência um projeto de lei para proibir o que chamava de “ideologia de

gênero”, como reação ao Supremo Tribunal Federal (STF), que havia considerado inconstitucional a lei do município de Nova Gama (GO), por proibir o debate de gênero nas escolas (FERREIRA, 2020).

Mesmo diante da atuação resistente do STF que considerou inconstitucionais leis de outros municípios, como Foz do Iguaçu (PR) e Ipatinga (MG), o Governo Bolsonaro tem mantido a disputa insistente pela agenda conservadora acerca do controle de temas de gênero e sexualidades na educação. Essa postura evidencia a ampliação significativa do número de notícias acerca da “ideologia de gênero” que circulou na internet em 2021. Podemos compreender a ampliação da difusão de notícias acerca do discurso da “ideologia de gênero”, nas ações do atual governo, no sentido de Miskolci e Campana (2017), como forma de articular um campo discursivo de ação, que produz e mantém o pânico moral na opinião pública e agregando forças políticas contra os avanços democráticos nas políticas educacionais. Ou, segundo a visão de Butler (2007), a reiteração de tal discurso tem poder de produzir materialidade de uma suposta “verdade” nos processos sociais que, nesse caso, busca regular regimes sexuais e modelos de famílias considerados legítimos.

Essa reiteração contínua e crescente da enunciação do sintagma “ideologia de gênero”, nos três primeiros anos de governo Bolsonaro, retrata um cenário em que as forças políticas conservadoras, que hoje atuam tanto no executivo quanto no legislativo, vem mobilizado discursos, estratégias e ações visando implementar uma agenda conservadora, sobretudo, no campo das políticas educacionais e, ao mesmo tempo, reiterando sentidos distorcidos da categoria de gênero para fortalecer o pânico moral na população e encontrar apoio da opinião pública.

Evidencia-se que a narrativa da “ideologia de gênero” se fortaleceu na arena política com a eleição de Bolsonaro e tem sido utilizada como ferramenta político-discursiva reacionária para conter ainda mais os avanços em torno das pautas de igualdade de gênero e em prol do reconhecimento das diversidades. A “ideologia de gênero” considerada um inimigo imaginário a ser combatido em nome de uma suposta moralidade social, que atende aos interesses dos grupos conservadores, reverberou no cenário da política, com a ampliação significativa da atuação de agentes políticos oriundos de grupos religiosos fundamentalistas no congresso.

Tal cenário promove o deslocamento da política para a esfera da moral, impondo valores das religiões para o conjunto da sociedade. Chantal Mouffe (2015) tem argumentado que o deslocamento da política para a esfera da moral coloca em risco a democracia. A autora considera que o político é o lugar do conflito, do antagonismo das diferentes visões; já na esfera da moralidade, somente existe o que se julga “certo ou errado”, “o bem e o mal” e isso ameaça o princípio democrático da pluralidade. Assim, em nome do “bem”, o debate de gênero na educação é atacado como o “mal” a ser combatido, por se alegar que vem “destruir a família tradicional”, “erotizar as crianças”, e “confundir a identidade dos adolescentes”. Essa ação discursiva moralizadora exclui e discrimina indivíduos e grupos cujas condutas são

dissonantes da norma heterossexual da cultura patriarcal, afetando os direitos humanos, a pluralidade e a convivência democrática. Nessa lógica, a ordem familiar heterossexual é considerada a única desejada pela divindade e os demais arranjos familiares não podem existir e sequer ser enunciados nas políticas educacionais, uma vez que ameaçam a moralidade cristã da heterossexualidade e integridade da família tradicional.

Os resultados da pesquisa mostram que as notícias apresentam discursos que partem de posicionamentos e sentidos distintos, que são colocados em disputa. Para Foucault (1999, 1987), os sujeitos que discursam integram o um campo discursivo, em que o próprio enunciado revela a posição do sujeito e de suas ações. Isto é, traz em si uma instituição e manifesta, por si uma ordem anterior e na qual está imerso. No discurso há um embate por poder, no qual se traduzem as disputas que permeiam um sistema de dominação que, nesse caso, aparecem na perspectiva de uma suposta ordem moral para a sociedade, que tem em vista a regulação da vida social e reprodutiva de toda a população (LACERDA 2019).

Considerando o atual cenário, em que o Estado é tomado por forças políticas de grupos constituídos em uma visão de mundo pautada por valores conservadores, esses transformam a sua “verdade” como a normativa e tentam conter o poder de outros discursos, ou seja, as formulações teórico-acadêmicas acerca de gênero e sexualidades, que são mais inclusivas e democráticas, porque essas representam uma ameaça aos ideais conservadores, que é a manutenção da ordem familiar tradicional e da moral sexual heteronormativa. Assim, os posicionamentos de sujeitos conservadores operam como uma ação discursiva contra as pautas feministas e da comunidade LGBTQIA+, transformando o gênero em uma “ideologia”. Trata-se de uma estratégia político-discursiva que atua como um dispositivo de poder, produzindo pânico moral na opinião pública, com o interesse de assegurar a reprodução da ordem tradicional por meio de uma agenda neoconservadora para a educação, que produza subjetividades e corpos conformados com esta ordem imperativa. E aqueles que escapam do normativo são considerados seres abjetos, no sentido de Butler (2007), de modo que tais corpos não podem existir nem nos enunciados discursivos, porque tendem a ser considerados aberrações, que não estão no plano da “natureza criada pela divindade”.

O mapeamento das notícias evidencia que apesar das ações do STF, que considerou inconstitucional a ofensiva antigênero na educação, permanece a insistência discursiva em prol de uma agenda neoconservadora para o campo da política educacional. Contudo, é preciso dizer que essa agenda em nada contribui com o enfrentamento da desigualdade, da discriminação e da violência de gênero, conforme propõe os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, de cuja agenda o Brasil é signatário. Desse modo, reiteramos que com o ataque às questões de gênero, baseado em sentidos moralistas, os setores conservadores não somente desqualificam o caráter científico do conceito em questão, mas transformam o que chamam “ideologia de gênero” em uma arma político-reacionária para reproduzir ou reinstaurar padrões tradicionais, que alimentam processos de exclusão, discriminação, desinformação e de violação dos direitos humanos.

Indubitavelmente, a reiteração dessa retórica, que impede o debate de gênero nas escolas, impõe limites para uma formação crítica e cidadã, com base em valores democráticos, como a defesa dos direitos humanos e a construção de uma cultura igualitária.

Palavras-Chave: Neoconservadorismo. Ideologia de gênero. Política educacional. Direitos humanos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Educando à Direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria D. C.; VAGGIONE, Juan M. **Gênero, neoconservadorismo e Democracia.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam:** sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.151-172.

CANDEIA, Lais R. **O discurso neoconservador da “ideologia de gênero” nas políticas educacionais: projetos legislativos apresentados na câmara dos deputados do Brasil (2011-2020).** Dissertação (Mestrado em Educação). Joaçaba, SC: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2021.

FERREIRA, Yuri. Projeto de ‘ideologia de gênero’ volta ao radar do governo federal após veto no STF. **Hypeness.** 12/05/2020. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/05/projeto-de-ideologia-de-genero-volta-ao-radar-do-governo-federal-apos-veto-no-stf/>. Acesso em: 20/02/2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

JUNQUEIRA, Rogério D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula R. Costa; MAGALHÃES, Joanalira C. (Orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade.** Rio Grande: Editora da FURG, 2017, p. 25-52.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Regan a Bolsonaro. Porto Alegre, RS, Zouk, 2019.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar. 2017. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017165522>.

